

# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



### TERMO DE REFERÊNCIA

Município de Planalto/RS

Secretaria Municipal da Administração

Necessidade da Secretaria: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de licença de uso de plataforma digital para o monitoramento e gestão dos principais programas, ações, projetos e atividades implementadas pelo Município.

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a prestação de serviços de licença de uso de plataforma digital para o monitoramento e gestão dos principais programas, ações, projetos e atividades implementadas pelo Município, por meio de aplicativo para smartphones, tablets e outros dispositivos móveis que utilizam sistemas operacionais Android e IOS, possibilitando aos envolvidos no processo o monitoramento e a avaliação dos objetivos, metas e ações propostas, incluindo a implantação, treinamento, atualização, manutenção corretiva e avaliativa e suporte técnico, dispondo no mínimo as seguintes funcionalidades:

**Cadastro de Projetos:** Registro e acompanhamento de projetos almejados pela gestão pública, podendo os mesmos ser agrupados por setores (secretarias, departamentos...).

**Cadastro de Etapas do Projeto:** Organização do projeto em fases para melhor gestão, com possibilidade de filtragem e ordenação conforme grau de prioridade.

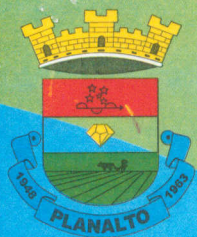
**Delegação de Responsabilidades:** Atribui responsáveis para cada projeto e prazo para a conclusão dos mesmos.

**Delegação de Etapas:** Define responsáveis por cada etapa do projeto, estipulando prazos para entrega e possibilitando o seu monitoramento.

**Integração com Galeria de Fotos e Câmera do Celular:** permite anexar fotos em tempo real para os projetos e também para as tarefas cadastradas;

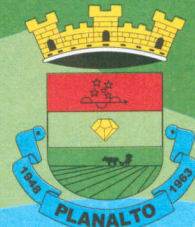
**Cobrança Automatizada via WhatsApp:** Envio de alertas via Whatsapp (reconhecidamente a ferramenta de troca de mensagens mais utilizada pelas equipes envolvidas) para os responsáveis pela entrega das tarefas, sobre os prazos de conclusão das mesmas, status de projetos e lembretes periódicos de acompanhamento. As notificações são enviadas automaticamente conforme a proximidade dos prazos definidos





# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



(ex.: 30 dias antes do prazo, 15 dias, 7 dias...), garantindo que os responsáveis sejam lembrados e acionados no momento certo.

**Integração com Agenda de Contatos:** Facilita a vinculação de contatos ao cadastrar as pessoas responsáveis pela execução das etapas dos projetos.

**Sinalização por Status (Sinaleira):** Indica progresso dos projetos e das etapas (verde, amarelo, vermelho e azul), conforme a situação de cada um.

**Controle Total via Celular:** Interface intuitiva para gerenciamento móvel.

**Relatório Semanal via WhatsApp:** Envio ao gestor(a) municipal de um resumo automático do progresso dos projetos semanalmente, aos domingos.

**Infraestrutura na Google Cloud:** Alta segurança e privacidade dos dados.

**Controle de Usuários:** com login e senha e configuração de permissão de acessos conforme autorização do gestor;

**Geração de Relatórios dos Projetos e suas etapas:** Para visualização tanto na tela do celular quanto em formato PDF, podendo ser exportado para computadores, TVs ou outras mídias e utilizado em apresentações e reuniões de avaliação e monitoramento.

Esta aquisição suprirá as necessidades da gestão, entendemos que um aplicativo de gestão para smartphones, tablets e outros dispositivos móveis, por ser de fácil acesso, de uso contínuo, prático e rápido, automatizaria significativamente o controle e a tomada de decisões, na medida que possibilitaria aos envolvidos no processo o monitoramento e a avaliação contínua dos objetivos, metas e ações propostas, integrando funcionalidades que garantem maior eficiência, transparência e proatividade na gestão pública., atender a legislação que a rege bem como os anseios dos Tribunais de Contas.

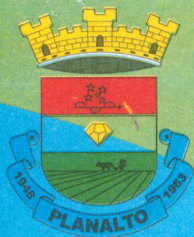
## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Conforme já descrito no Estudo Técnico Preliminar, a prestação dos serviços descritos no objeto visa atender o cadastramento de projetos prioritários da gestão, serviços de licença de uso de plataforma digital para o monitoramento e gestão dos principais programas, ações, projetos e atividades implementadas pelo Município

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

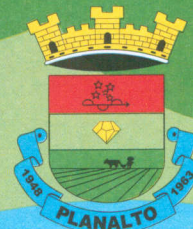
A solução proposta é a contratação de empresa para a prestação dos serviços que se pretende contratar, conforme as seguintes especificações:





# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO



CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000

O Município realizará a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de licença de uso de plataforma digital voltada para o monitoramento e gestão dos principais programas, ações, projetos e atividades implementadas, por meio de aplicativo acessível em smartphones, tablets e outros dispositivos móveis com sistemas operacionais Android e iOS.

A plataforma deverá possibilitar aos envolvidos no processo o acompanhamento contínuo e a avaliação eficiente dos objetivos, metas e ações propostas, garantindo a transparência e a eficácia na execução das iniciativas. O serviço inclui a implantação da plataforma, capacitação e treinamento dos usuários, além da atualização, manutenção corretiva e avaliativa da ferramenta.

Adicionalmente, a empresa contratada deverá fornecer suporte técnico contínuo, garantindo a resolução de eventuais problemas e a atualização constante do sistema para assegurar seu pleno funcionamento e adaptação às necessidades do Município.

Esse processo visa garantir uma gestão eficiente, prática e integrada dos projetos, com a possibilidade de realizar ajustes em tempo real, favorecendo o cumprimento das metas e a melhoria contínua dos serviços prestados.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**4.1.** Os serviços têm natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### 4.2. DAS OBRIGAÇÕES.

##### Da Contratante:

- Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
- Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;
- Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme disposto no edital, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

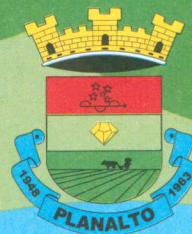




# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000

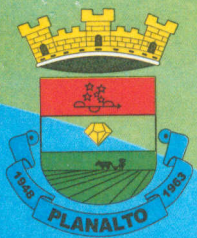


- Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

### Da Promitente Fornecedora.

- Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;
- Evitar o emprego de acessórios impróprios ou de qualidade inferior, não podendo tal fato ser invocado para justificar cobrança adicional a qualquer título;
- Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive aos defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo;
- Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como do Edital e seus Anexos, devendo a entrega se dar no Município de Planalto, conforme disposto no presente Termo de Referência;
- Designar profissional responsável pela entrega dos produtos;
- Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados por seus empregados ou representantes, ao contratante e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito a segurança, quando da execução do objeto licitado;
- Arcar com todas as despesas relativas à entrega dos produtos, inclusive, as relativas ao seu transporte.
- Observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados.
- Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- Manter durante toda a execução deste as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme Lei nº 14.133/2021.

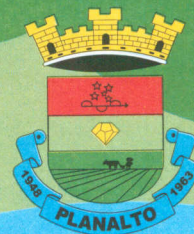




# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



- Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, contrato social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço.
- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.
- Responder direta e exclusivamente pela execução do contrato de fornecimento, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento do produto a terceiros, sem o expresse consentimento da Contratante;
- Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital.

A contratação será realizada por meio de dispensa licitação, com critério de julgamento por menor preço, nos termos do artigos 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021:

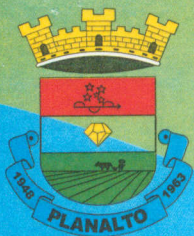
### **- Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:**

- a) ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;
- c) cópia do decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

### **- Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

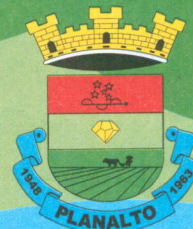
- a) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), no caso de pessoas naturais, ou no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);





# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO



CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000

- b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

### - Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para apresentação do documento;

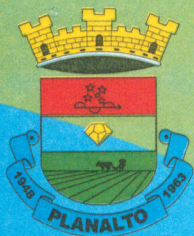
## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**5.1.** O serviço será executado por meio de um sistema integrado que permitirá a definição, implementação e acompanhamento de seus principais programas, ações, projetos e atividades. Este sistema terá como foco a definição de objetivos e metas claras, alinhadas à visão estratégica da organização, visando a melhoria contínua e a otimização dos processos internos.

A contratação deverá ser prevista por 12 meses a contar da data da assinatura do contrato.

**5.2.** Saneamento de dúvidas poderá ser através do contato telefônico, principalmente Whatsapp; as dúvidas com necessidade de mais tempo com possibilidade de até 2 dias para resposta;

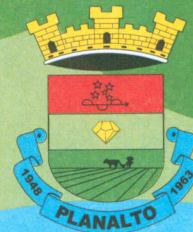




# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



**5.3.** A orientação e saneamento de dúvidas durante a execução do contrato deve ser junto à Secretaria Municipal da Administração.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 065/2022, que Regulamenta a Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

A gestão da presente contratação ficará a cargo da Secretaria Municipal da Administração.

Para fiscalização do contrato será observada a Portaria nº 26/2025.

O servidor fiscal fará a avaliação da prestação do serviço de acordo com as características exigidas, ficando o pagamento condicionado ao cumprimento das exigências estabelecidas.

### **7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

Os pagamentos serão realizados, respeitadas as regras de cronologia de entregas, mediante Nota Fiscal em nome do Município de Planalto/RS. (Na nota fiscal obrigatoriamente deverá constar: a modalidade de licitação, o número do contrato ou Ata e número da ordem de compras). O pagamento será efetuado em conta corrente específica da CONTRATADA, vinculada ao CNPJ ou CPF da mesma.

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade de dispensa de licitação.

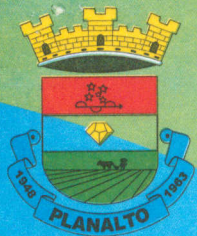
### **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Para estimativa dos preços referencias da contratação, foi utilizada como parâmetros a média dos valores provenientes da coleta de preços.

O valor anual será o montante de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais).

*72*





# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO



CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000

Ainda, vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal nº 065/2022, bem como a Lei 14.133/2021

## 9 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação seguinte dotação orçamentária:

Projeto/atividade: 2058 – 3390.39.79.00.00.00 – Serviço de apoio Administrativo, Técnico e Operacional – RV: 01 - Livre

Planalto/RS, 08 de abril de 2025.

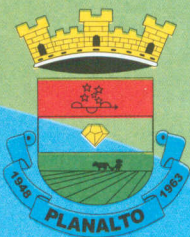
  

---

**PROTAZIO MALACARNE**  
Secretário Municipal da Administração







# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000

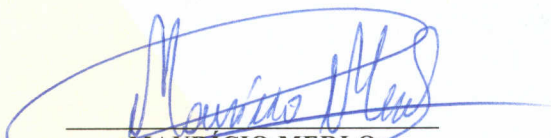


## PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 38/2025 DISPENSA 07/2025

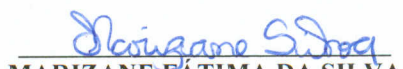
**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENÇA DE USO DE PLATAFORMA DIGITAL PARA MONITORAMENTO E GESTÃO DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS, AÇÕES, PROJETOS E ATIVIDADES IMPLEMENTADAS PELO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

Às 13:30 horas do dia 16 de abril de 2025, na sala de licitações, presentes o agente de contratação e equipe de apoio, reunidos com o objetivo de analisar documentação e proposta solicitada e enviada com finalidade de: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENÇA DE USO DE PLATAFORMA DIGITAL PARA MONITORAMENTO E GESTÃO DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS, AÇÕES, PROJETOS E ATIVIDADES IMPLEMENTADAS PELO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.** Destaca-se, que a comissão teve a incumbência de análise das propostas e documentos da empresa: **KODEFY DESENVOLVIMENTO DE APPS LTDA – CNPJ: 41.426.978/0001-05.** Portanto, foram atendidos os requisitos do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

Planalto/RS, 16 de abril de 2025

  
\_\_\_\_\_  
**MAURÍCIO MERLO**  
Agente de Contratação

  
\_\_\_\_\_  
**REJANE REGINA ZAMPRONIO**  
Agente Administrativo

  
\_\_\_\_\_  
**MARIZANE FÁTIMA DA SILVA**  
Fiscal Tributário





# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



## PARECER JURÍDICO

DISPENSA 09/2025

ART. 75, INC II Lei 14.133/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENÇA DE USO DE PLATAFORMA DIGITAL PARA O MONITORAMENTO E GESTÃO DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS E AÇÕES , PROJETOS E ATIVIDADES IMPLEMENTADAS PELO MUNICÍPIO.

Para a contratação de uma empresa para o uso de uma plataforma digital, a licitação **pode ser dispensada ou inexigível** dependendo da situação. A dispensa aplica-se quando a licitação é possível, mas a Administração Pública opta por não realizá-la, por motivos como urgência ou **baixo valor**. A inexigibilidade ocorre quando a competição é impossível, como em casos de exclusividade de fornecedor ou serviços especializados.

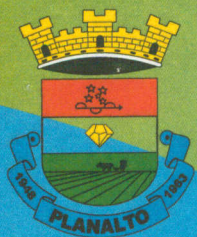
Em casos de dispensa por baixo valor, a contratação direta ainda exige justificativa e comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação, e sua proposta atende ao preço de mercado.

**O valor limitador pela municipalidade é de R\$14.000,00, estimativa considerando pela a média dos valores de mercado, art. 23 e § da lei 14.133/2021.**

O Licitante ainda que tenha juntado cópias de contratos firmados com outros Município, com o valor de **R\$ 9.500,00**, penso que cada Município licita para atender a sua necessidade, é um interesse local, e interesse do seu público, e que para isso seja atendida pela melhor proposta, por muitas vezes não corresponde a melhor proposta o valor inexecutável.

Na proposta a Empresa KODEFY, refere que seu preço é promocional pelo lançamento da ferramenta, razão pela qual em licitações um preço pode ser considerado inexecutável quando não demonstra ser suficiente para cobrir os custos de produção e gerar lucro, **mesmo em situações de promoção ou lançamento**. Neste caso, a lei permite que a administração pública desclassifique uma proposta com





# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



preço inexecuível, mas geralmente, antes, oferece à licitante a oportunidade de justificar e demonstrar que a proposta é viável.

Na Lei nº 14.133/2021, uma proposta é considerada inexecuível quando os valores propostos são tão baixos que não garantem a adequada execução do contrato, podendo comprometer a qualidade do serviço ou do produto. A Lei estabelece critérios e procedimentos para identificar e lidar com propostas potencialmente inexecuíveis, buscando garantir a viabilidade da contratação e a satisfação do interesse público.

O art. 59 inc. IV determina a desclassificação das propostas que “não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração”. E o § 2º do art. 59 acrescenta que **“A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo”**.

Essas duas regras confirmam que a presunção de inexecuibilidade prevista no § 4º do art. 59 é **relativa**. A oferta de preço inferior a 75% do orçamento estimado não implica a desclassificação automática da proposta. Apenas atribui ao licitante o ônus de comprovar a exequibilidade do valor proposto. A diligência deve ser realizada justamente para aferir se a presunção legal de inexecuibilidade pode ser afastada.

**De modo genérico, isso envolve a solicitação de esclarecimentos e documentos adicionais sobre a formação do preço.** O licitante pode demonstrar, por exemplo, que dispõe de condições favoráveis para a execução adequada do objeto contratual mesmo com preço inferior a 75% do orçamento estimado.

Todavia, o acórdão considerou que, diante do inc. III e do § 4º do art. 59 da Lei 14.133, “não há que se cogitar da realização de diligências para aferir a inexecuibilidade, pois o lance abaixo daquele percentual de 75% já é identificado pela própria Lei como inexecuível, devendo a proposta ser desclassificada”.

Caso a Autoridade Administrativa não entenda por inexecuível o valor proposto, orienta-se que seja realizada diligência no sentido do Licitante demonstrar que tem capacidade de executar e cumprir o contrato pelo valor proposto, ainda que a modalidade escolhida pela administração seja a dispensa pelo baixo valor, art. 75, inc. II lei 14.133/2021.





# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000

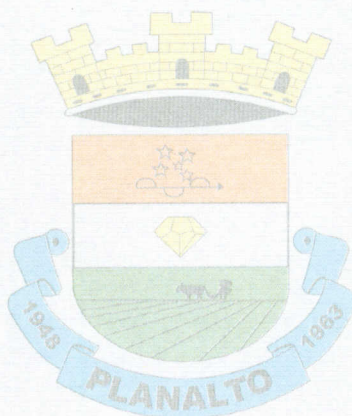


Planalto, 23 de abril de 2025

VALÉRIA CISTINA BORTOLUZZI

OAB/RS 35.111

PROCURADORIA JURÍDICA





## DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE

**À Prefeitura Municipal de Planalto/RS**  
**Att: Comissão de Licitação / Contratação\***

Ref.: Declaração de Exequibilidade – Plataforma Digital para Gestão de Metas e Projetos

A empresa Kodefy Desenvolvimento de Apps Ltda inscrita no CNPJ sob o nº 41.426.978/0001-05, com sede na Rua Eugenio Felini, 720 – Centro 99950-00 Tapejara/RS neste ato representada por seu Responsável Legal, Nelson Scariot Junior vem por meio desta DECLARAR, para os devidos fins, que possui plena capacidade técnica, operacional e organizacional para a execução do projeto da Plataforma Digital para Gestão de Metas e Projetos, conforme escopo proposto à Prefeitura Municipal de Planalto/RS

### 1. Capacidade Técnica

A Kodefy Desenvolvimento de Apps Ltda atua no desenvolvimento de soluções digitais com foco em gestão pública, sendo responsável por diversos projetos entregues com sucesso a entes públicos e privados, com funcionalidades semelhantes às previstas nesta contratação, incluindo:

- Gestão de metas estratégicas por secretarias ou unidades administrativas;
- Monitoramento de indicadores de desempenho;
- Interface amigável e responsiva, acessível via web e dispositivos móveis;
- Painéis gerenciais e relatórios de acompanhamento.

Contamos com uma equipe técnica qualificada composta por engenheiros de software, analistas de sistemas, designers de UX/UI e especialistas em implantação de soluções digitais no setor público.

### 2. Capacidade Operacional

Dispomos de infraestrutura técnica adequada para hospedagem, manutenção e suporte da plataforma, incluindo servidores em nuvem com alta disponibilidade, processos de backup automatizados e suporte técnico via múltiplos canais (e-mail, telefone e chat).

Além disso, mantemos uma política de SLA (Service Level Agreement) rigorosa para garantir a estabilidade e o suporte contínuo à solução.

### 3. Capacidade Organizacional e Financeira

A empresa encontra-se em plena atividade, regular perante os órgãos competentes, com capacidade financeira comprovada para sustentar o desenvolvimento, implantação e suporte da solução durante todo o período contratual, inclusive com capacidade de expansão de equipe e recursos conforme a demanda do projeto.



#### 4. Experiência Anterior

Nos últimos anos, destacam-se os seguintes projetos semelhantes:

- Projeto Aplicativo Tapejara Digital – Prefeitura de Tapejara/RS - 2022 até o momento.
- Projeto Aplicativo Agenda Saúde Guaporé – Prefeitura de Guaporé/RS - 2023 até o momento.
- Aplicativo MetasApp, em operação em Joia/RS – Chiapetta/RS – Tres Palmeiras/RS – Tres passos/RS – São Martinho/RS – Pinhal/RS – Nonoai/RS – Crissiumal/RS – Novo Barreiro/RS

#### 5. Comprometimento

A Kodefy Desenvolvimento de Apps Ltda se compromete a executar o projeto dentro dos prazos acordados, mantendo a qualidade técnica, aderência ao escopo e alinhamento constante com a equipe da Prefeitura para ajustes, treinamentos e validações necessários.

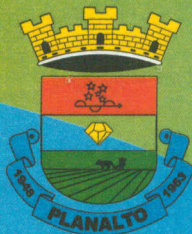
Sendo o que tínhamos para o momento, reafirmamos nossa disposição para contribuir com a modernização da gestão pública municipal.

Atenciosamente, Porto Alegre/RS 24 abril de 2025

Nelson Scariot Junior  
Sócio - Diretor  
Kodefy Desenvolvimento de Apps Ltda  
41.426.978/0001-05

Nelson Scariot Junior





# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



## PARECER JURÍDICO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº40/2025

DISPENSA Nº 09/2025

LEI 14.133/2021-art. 75 II  
Decerto Municipal 65/2022

O presente processo foi analisado por esta Procuradoria Jurídica, sendo que verificando o valor inexecutível da proposta do licitante, solicitou que fosse diligenciado pela Equipe para oportunizar o mesmo demonstrar que pelo valor proposto poderia cumprir com a execução do contrato. Feito isto, o licitante ofertou uma declaração que pelo preço orçado e proposto pela empresa terá plena capacidade de execução contratual.

A Secretaria Municipal da Administração solicitou parecer jurídico da presente realização de Licitação de Contratação Direta na modalidade DISPENSA, de empresa para prestação de serviços de licença de uso de plataforma digital para monitoramento e gestão dos principais programas, ações e projetos e atividades do Município.

Pois bem, o licitante confirma plena capacidade para a execução contratual pelo preço proposto.

Da análise do processo;

O processo se apresenta à consulta, a respeito do processo de dispensa de licitação para a contratação de levantamento topográfico em Ruas do Município. A dispensa se baseia na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 65/2022. O processo inclui o documento de formalização da demanda, estimativa de despesa, razão da escolha do fornecedor, justificação de preço e verificação da compatibilidade dos preços com o mercado, demonstração da compatibilidade orçamentária, comprovação dos requisitos de habilitação do contratado e autorização da autoridade competente

O presente processo administrativo está pronto para análise da possibilidade jurídica de contratação direta pelo art. 75, inc.II, da Lei nº 14.133/2021 por dispensa de licitação, para contratação da empresa KODEFY DESENVOLVIMENTO DE APPS LTDA, CNPJ41.426.978/0001-05, no valor do contrato de R\$9.500,00.

O Estudo Técnico e o Termos de Referência confeccionado pelo Secretaria Solicitante, descrevem detalhadamente os serviços a serem realizados, justificando a necessidade.

Governo Municipal de

**Planalto**

**Juntos, construímos o futuro !**

ADM 2025/2028





# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



A Secretaria Municipal da Administração solicitou parecer jurídico da presente realização de Licitação de Contratação Direta na modalidade DISPENSA, de empresa para os serviços descritos do TR e ETP, de conformidade com o art. 18 inc. I e II da Lei 14.133/2021

O presente processo administrativo foi encaminhado a esta Procuradoria Jurídica para análise da possibilidade jurídica de contratação direta pelo art. 75, inc. II, da Lei n.º 14.133/2021, de acordo com o Estudo Técnico e o Termos de Referência confeccionado pelo Secretaria Solicitante.

### **PARECER:**

Convém observar que a Lei n.º 14.133/2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível. Com relação à licitação dispensável, as hipóteses estão previstas no art. 75 da Lei n.º 14.133/21. Nesses casos, a licitação é viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

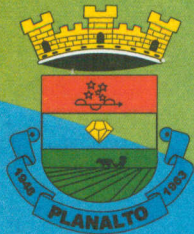
Ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formalização de um procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa e celebração do contrato. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos traz um procedimento especial e simplificado para seleção do contrato mais vantajoso para a Administração Pública, através do Gestor da frota Municipal.

O Parecer Jurídico tem por finalidade verificar a observância ao princípio da legalidade, o exame da possibilidade legal de contratação direta, a dispensa de licitação com fundamento no inc. II do art. 75 da Lei 14.133/2021, do controle preventivo da legalidade, §1º do art. 53 do mesmo diploma, incisos I e II do art. 72 Lei N.º 14.133/2021, bem como o CUMPRIMENTO DAS NORMAS E PRINCÍPIOS NORTEADORES DA LICITAÇÃO

A presente análise tem a finalidade de verificar a conformidade do procedimento, com as disposições fixadas na nova Lei de licitações, em especial no que tange a possibilidade legal de contratação direta dos serviços, tendo por fundamento o artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021. Preliminarmente, cumpre esclarecer que, a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica "in abstrato", ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-financeiros e quanto a outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

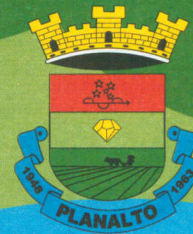
*[Assinatura]*





# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



Inclusive, entendimento do Tribunal de Contas da União afirma que não é da competência do parecerista jurídico a avaliação de aspectos técnicos da licitação. Acórdão 1492/2021 – TCU PLENÁRIO. Por essa razão, a emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja: O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

A norma citada acima é fundamental para assegurar a correta aplicação do princípio da legalidade, para que os atos administrativos não contenham estipulações que contravenham à lei, posto que, o preceito da legalidade é, singularmente, relevante nos atos administrativos. Assim, se faz necessário o exame prévio, para que a Administração não se sujeite a violar um princípio de direito, o que é severamente tão grave como transgredir uma norma. Por esse motivo, a Constituição Federal em seu artigo 37 estabelece que, a Administração Pública observará os Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Como já referido, a realização do certame é a regra, contudo, a própria lei de licitações prevê situações em que é mais vantajoso para a Administração, a formalização da contratação direta, ou seja, sem que haja a necessidade do procedimento licitatório. Assim, conforme previsão do Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) trouxe em seu texto a possibilidade de realizar dispensa de licitações para contratação que envolva valores até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.

Com efeito, conforme previsto na norma retrocitada, os critérios se aplicam no caso em tela, uma vez que, consoante disposto no Artigo 75, inciso II, da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), é autorizado e está em harmonia com a lei a contratação direta no caso de outros serviços e compras, cujo valor seja de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Todavia, faz-se necessário transcrever o artigo alhures, que assim dispõe: Art. 75. É dispensável a licitação: II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Assim, é preponderante caminhar, doravante, na linha da possibilidade de contratação direta dos serviços, desde que, o valor dispendido no exercício financeiro em curso, para custear a despesa, não seja superior a cinquenta mil reais.

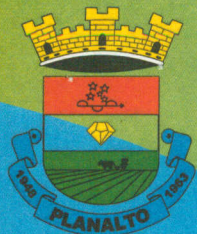
Governo Municipal de

**Planalto**

**Juntos, construímos o futuro !**

ADM 2025/2028





# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



Seguindo a recomendação contida na NLL no sentido de que os pareceres jurídicos devam ser redigidos em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica, entendo ser perfeitamente possível a contratação direta dos serviços, através de dispensa de licitação, com fundamento na Lei 14.133, desde que observados os requisitos fixados no artigo 72, da Lei "Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos". IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; VI - razão da escolha do contratado; VII - justificativa de preço; VIII - autorização da autoridade competente.

Cumpre observar que o ato que autorizou a contratação direta teve seu extrato divulgado e mantido à disposição em jornal de circulação ao público da região, não em meio oficial, adotado como Diário Oficial dos Municípios por força do disposto no artigo 176, inciso I, da nova Lei de Licitações, pois tratando-se de dispensa de licitação fundada nos incisos I e/ou II do art. 75, da Lei n. 14.133/2021, a contratação deverá ser precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, para busca da proposta mais vantajosa.

Por conseguinte, pode-se afirmar que, dentro das regras dos valores estabelecidos pela legislação vigente, não há qualquer óbice quanto à pretensão. Destaca-se, ainda, que nos autos constam os documentos que comprovam a regularidade fiscal e habilitação do licitante para a contratação com a municipalidade.

A necessidade da contratação está descrita e embasada na motivação da Secretaria SOLICITANTE, e de se ter em mente que contratação direta, com base no inc. II do art. 75 da Lei n. 14.133, e a flexibilização no dever de licitar não implica ausência de processo formal. Ou seja, na contratação direta, é necessário observar a Lei Federal n. 14.133/2021 no que tange aos procedimentos mínimos e à formalização do processo de contratação.

Na contratação com fundamento na dispensa do artigo 75, inciso II, da Lei Federal n. 14.133/2021, também deverão ser observadas as exigências do art. 72 do mesmo diploma normativo. Segundo o artigo 72 da Lei Federal na 14.133/2021, **"O processo de contratação direta, que compreende**

Governo Municipal de

**Planalto**

**Juntos, construímos o futuro !**

ADM 2025/2028

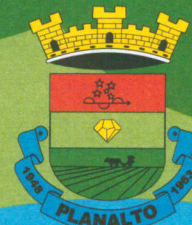




# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



### **os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:**

I- Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; II - Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; III - Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; IV - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; VI - Razão da escolha do contratado; VII - justificativa de preço; VIII - autorização da autoridade competente

Deve-se ressaltar que os autos contêm toda documentação necessária para o procedimento, inclusive a estimativa de despesa para o feito, nos termos do art. 72, II, da Lei nº. 14.133/21.

Consta a previsão e dotação orçamentária, devidamente identificada pela servidora municipal responsável.

Não foi possível analisar o a minuta do contrato em razão de não estar nos autos, não foi possível observar se atende aos critérios do art. 89 e parágrafos, art. 92 da 14.133/2021, ou nos casos citados do art. 95 do mesmo diploma.

Consta nos autos documento de formalização da demanda, *estudo técnico preliminar, termo de referência, pesquisa de preços onde discrimina os objetos das contratações almejada, atendendo o disposto no art. 25, e seus parágrafos da Lei nº 14.133/2021.*

**Em face do exposto**, sob o aspecto jurídico, atendendo o disposto no art. 53 e §4 da 14.133, OPINO pelo prosseguimento do processo licitatório, uma vez que atendido os pressupostos da legalidade. por meio de Dispensa Eletrônica de Licitação, fundamentada no art. 75, II, da Lei nº. 14.133/2021, opinando, assim, pelo regular prosseguimento do feito.

Opina-se, outrossim, pela remessa dos autos à autoridade competente para promover a autorização da publicação e atos posteriores, nos termos do art. 54, da Lei nº 14.133/2021.

Planalto, 24 de abril de 2025

VALÉRIA CRISTINA BORTOLUZZI  
PROCURADORA JURÍDICA





# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



## AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO

### DISPENSA 09/2025

Nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, acolho o parecer exarado no processo nº 40/2025, Dispensa de Licitação 09/2025 e ratifico a dispensa, autorizando a contratação da empresa **KODEFY DESENVOLVIMENTO DE APPS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 41.426.978/0001-05, para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de licença de uso de plataforma digital para o monitoramento e gestão dos principais programas, ações, projetos e atividades implementadas pelo município, conforme especificações contidas no Termo de Referência, pelo valor total de R\$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).

Planalto/RS, 29 de abril de 2025.

**CRISTIANO GNOATTO**

Prefeito Municipal